

**CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR
CODEFAT**

ATA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 16 de abril de 2008.

LOCAL: Sala de Reuniões do 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Luiz Fernando de Souza Emediato, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Ezequiel Sousa do Nascimento, Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Helmut Schwarzer, Conselheiro Titular Representante do MPS; Geraldo Almir Arruda, Conselheiro Suplente Representante do MPS; Wilson Vaz de Araújo, Conselheiro Titular Representante do MAPA; Maria Isabel Resende Aboim, Conselheira Titular Representante do BNDES; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CGT; Francisco Braga de Souza, Conselheiro Titular Representante da SDS; Lourival Novaes Dantas, Conselheiro Titular Representante da CNI; Rodolfo Tavares, Conselheiro Titular Representante da CNA; e Roberto Nogueira Ferreira, Conselheiro Suplente Representante da CNC. **Convidado:** Carlos Roberto Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego.

1 Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e oito, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e
2 Emprego – MTE, teve início a Nonagésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do
3 Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, sob a Presidência do Conselheiro Titular
4 Representante da Força Sindical, Sr. Luiz Fernando de Souza Emediato. **I – ABERTURA.** O
5 Presidente saudou a todos e informou que o Ministro do Trabalho e Emprego se faria presente no
6 decorrer da reunião. Comunicou aos participantes que o primeiro item da Pauta consistia de duas
7 apresentações pela Coordenação-Geral de Emprego e Renda - CGER, sendo que a primeira seria a
8 respeito do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER nos Municípios e a segunda
9 sobre o desempenho da linha de crédito especial FAT Giro Setorial. Assim sendo, o Presidente
10 passou ao **II – APRESENTAÇÃO: ITEM 1 – Pela Coordenação-Geral de Emprego e Renda –**
11 **CGER, tema: PROGER nos Municípios - Dados sobre as operações dos Programas de**
12 **Geração de Emprego e Renda nos anos de 2004, 2005 e 2006.** O Coordenador-Geral da CGER -
13 Substituto, Sr. Danilo Rocha Limoeiro, esclareceu que o Boletim PROGER nos Municípios relativo
14 aos anos de 2004, 2005 e 2006, distribuído aos Conselheiros por meio de CD, visava democratizar
15 as operações e informações sobre o PROGER, bem como proporcionar mais transparência sobre o
16 direcionamento dos recursos de depósitos especiais. Observou que o referido Boletim permitiria
17 checar todos os municípios de um estado a fim de verificar quais foram as linhas de crédito

18 operadas, por quais bancos e, ainda, quais valores e quantidades de contratações realizadas.
19 Arrazou que a apresentação teve por objetivo mostrar aos Conselheiros a existência do Boletim do
20 PROGER, o qual estava disponível na página eletrônica do Ministério do Trabalho e Emprego.
21 Prosseguindo, o Coordenador-Geral da CGER – Substituto apresentou o segundo tema do **Item 1 -**
22 **Desempenho da linha de crédito especial FAT Giro Setorial - 2ª parte.** Ressaltou que já havia
23 apresentado em outra ocasião dados gerais sobre essa linha e que agora faria uma análise mais
24 pormenorizada do desempenho da linha FAT Giro Setorial, inclusive com dados sobre a geração de
25 emprego e a execução por setor da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.
26 Esclareceu que essa Linha foi implementada em junho de 2006 com a finalidade de financiar capital
27 de giro isolado para empresas industriais exportadoras, intensivas em mão-de-obra, contemplando
28 os seguintes setores: têxtil, confecção de artigos do vestuário, couro-calçadista, madeireiro-
29 moveleiro e fabricação de máquinas e implementos agrícolas. Observou que do universo de 7.797
30 empresas contratantes, e financiamentos no montante de R\$ 2,013 bilhões, referente ao período de
31 junho de 2006 a abril de 2007, foi identificado que 21% das empresas beneficiadas, ou 33% do
32 valor financiado, havia sido capturado por empresas de setores econômicos que não pertenciam ao
33 público-alvo pretendido. Comentou que dentre os segmentos fora do foco, destacavam-se os
34 seguintes setores: i) construção de obras de infra-estrutura; ii) atividades de sociedade de
35 participação; iii) captação, tratamento e distribuição de água; iv) atividades de contabilidade,
36 consultoria, e auditoria contábil e tributária; v) edição integrada à impressão de livros, jornais,
37 revistas e outras publicações; vi) atividades dos serviços de tecnologia da informação; e, vii)
38 atividades fotográficas e similares. O Coordenador-Geral da CGER – Substituto ressaltou que
39 estavam trabalhando no sentido de apurar se esse desenquadramento de 21% das operações ao
40 amparo da linha FAT Giro Setorial estaria ocorrendo em função de alguma incorreção nos dados
41 obtidos junto a CNAE, os quais haviam sido recuperados pelo Ministério a partir da declaração da
42 Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e
43 Desempregados – CAGED. Observou que após fazerem essa apuração poderiam verificar o que era
44 desenquadramento da linha ou apenas declaração errada no banco de dados da RAIS e do CAGED.
45 Prosseguindo, destacou que as empresas de médio e grande porte representavam apenas 7,46% do
46 total de contratantes, no entanto, absorveram 58% de todo o valor financiado pela linha FAT Giro
47 Setorial. Citou que o conjunto das empresas situadas nas regiões Sul e Sudeste respondeu por 66%
48 do total de contratações, absorvendo 75% dos recursos financiados. O Coordenador-Geral da CGER
49 – Substituto esclareceu que para verificar a evolução do estoque de empregados fizeram uma
50 análise baseada no cruzamento de dados da RAIS/CAGED com o Sistema de Acompanhamento da
51 Execução do PROGER - SAEP. Explicou que a amostra compreendia um total de 3.676 operações,
52 realizadas entre junho de 2006 e abril de 2007, no valor de R\$ 1,124 bilhões, o que representava

53 54% do universo de contratantes e 84% do valor total financiado. Acrescentou que o estudo da
54 movimentação do emprego formal das empresas constantes da referida amostra, do momento da
55 liberação do crédito até junho de 2007, teve como resultado a geração líquida de 7.033 novos postos
56 de trabalho, destacando que os setores couro e calçadista apresentaram saldo negativo no estoque de
57 empregados. Diante desse quadro fez a seguinte indagação: será que o FAT Giro Setorial teve um
58 efeito positivo nos setores couro e calçadista, impedindo que o número de demissões nesses setores
59 fosse ainda maior que o registrado, ou será que a geração de emprego das empresas beneficiadas
60 por essa Linha apresentou melhor resultado do que daquelas que não tiveram acesso ao crédito do
61 FAT Giro Setorial. O Presidente fez um aparte para registrar a presença do Ministro do Trabalho e
62 Emprego, Sr. Carlos Lupi, passando-lhe a palavra. O Ministro se desculpou por não ter participado
63 da abertura da reunião e, em seguida, indagou se o estoque negativo de empregados havia sido
64 identificado apenas nos setores de couro e calçados, acrescentando que isso estaria muito amarrado
65 à questão da crise da importação, principalmente de produtos chineses. O Coordenador-Geral da
66 CGER - Substituto recordou que a criação do FAT Giro Setorial foi direcionada justamente para os
67 setores que estavam sendo alvo de uma forte concorrência da China, os quais passavam por grandes
68 dificuldades quando a Linha fora implementada. Afirmou que já esperavam uma geração de
69 emprego menor por parte desses setores quando comparados a outros segmentos da economia,
70 ressaltando que desejavam verificar se os recursos do FAT Giro Setorial tiveram efeito positivo
71 sobre a geração de emprego ou se contribuíram para a manutenção daqueles postos de trabalho já
72 existentes. O Ministro relatou que esteve em Franca/SP e no interior do Rio Grande do Sul,
73 principais investidores e fornecedores dos produtos couro-calçadista no Brasil, tendo verificado que
74 as empresas, até o mês de agosto de 2007, estavam vivendo um processo de grande diminuição da
75 capacidade produtiva em razão da concorrência externa e fazendo algumas demissões, mas que a
76 partir de outubro passaram a contratar ininterruptamente, inclusive batendo recorde na geração de
77 emprego nos meses de janeiro a março de 2008. Enfatizou que os recursos demandavam algum
78 tempo para surtir os efeitos esperados, haja vista que a empresa precisaria investir em equipamentos
79 e melhorar a produtividade para fazer frente à concorrência, a partir do qual poderia iniciar o
80 processo de contratação de trabalhadores. O Coordenador-Geral da CGER - Substituto concordou
81 com o posicionamento do Ministro e declarou que pretendiam fazer uma atualização dos dados da
82 geração de emprego, pois o efeito do crédito passava ao longo do tempo. Finalizando, apresentou
83 uma comparação da evolução do estoque de empregados entre os seguintes conjuntos de firmas: i)
84 beneficiadas – estabelecimentos que contaram com o apoio da linha FAT Giro Setorial; e, ii) não-
85 beneficiadas – todo o universo do CAGED por corte setorial. Esclareceu que as empresas
86 beneficiadas registraram crescimento de 2,76% na geração de emprego contra 3,4% das não-
87 beneficiadas, destacando que no total de todos os setores as firmas apoiadas pelo FAT Giro Setorial

88 apresentaram performance líquida de 18,8% inferior ao conjunto de firmas não-apoiadas. O
89 Ministro alertou que se deveria tomar cuidado para não passar a impressão de que o recurso dessa
90 Linha foi mal utilizado, tendo em vista que o assunto demandava uma análise mais profunda e,
91 ainda, em razão de algumas empresas necessitarem de um tempo maior para apresentar resultados.
92 Relatou que o ano de 2008 apresentava tendência de batimento de recorde na geração de empregos,
93 acrescentando que acreditava na potencialidade da demanda interna. Arrazoou que o papel
94 prioritário do FAT era gerar investimentos para a criação de empregos, o qual se constituía no
95 benefício mais imediato que a economia poderia dar ao povo brasileiro. Ponderou que o reajuste do
96 salário mínimo representou aumento das despesas do FAT para pagamento do abono salarial e do
97 seguro-desemprego, mas em contrapartida significava mais dinheiro em circulação na economia.
98 Finalizando, o Ministro agradeceu aos Conselheiros pelo trabalho desenvolvido, ressaltando que sua
99 presença nas reuniões tinha por objetivo prestigiar o CODEFAT e, assim, demonstrar a importância
100 do Colegiado para o MTE. Tomando a palavra, o Conselheiro Titular Representante da CGT, Sr.
101 Francisco Canindé Pegado do Nascimento, observou que na apresentação constou que as empresas
102 beneficiadas com recursos da linha FAT Giro Setorial geraram menos empregos do que àquelas
103 não-beneficiadas, ressaltando que participou de reunião na Financiadora de Estudos e Projetos –
104 FINEP, onde foi apresentado exatamente o contrário, razão pela qual considerava necessária a
105 realização de um diagnóstico mais aprofundado sobre o assunto, bem como um estudo sociológico
106 no sentido de verificar a contribuição social gerada a partir dos recursos do FAT. O Presidente
107 agradeceu a presença do Ministro e indagou se havia mais algum comentário a respeito da
108 apresentação da linha FAT Giro Setorial. O Conselheiro Suplente Representante da CNC, Sr.
109 Roberto Nogueira Ferreira, ponderou que os números jamais mentiam e considerou como sendo
110 corretos os dados apresentados, acrescentando que esses foram ao encontro do que ele esperava,
111 principalmente os relativos aos setores de couro e calçados. Arrazoou que muitas empresas haviam
112 se aproveitado dos recursos da linha FAT Giro Setorial mesmo não tendo problema de concorrência
113 com produtos originários da China. O Conselheiro Titular Representante da CNI, Sr. Lourival
114 Novaes Dantas, declarou que a comparação entre empresas que receberam e que não receberam
115 recursos do FAT seria um parâmetro inapropriado para avaliar geração de emprego. O Conselheiro
116 Titular Representante da SDS, Sr. Francisco Braga de Souza, indagou se as empresas dos setores
117 que apareciam em vermelho no quadro que demonstrava a evolução do estoque de empregados,
118 demitiram ou apenas deixaram de contratar trabalhadores. O Coordenador-Geral da CGER -
119 Substituto respondeu que o fato delas aparecerem em vermelho significava que tiveram
120 desempenho inferior ao setor da economia como um todo, portanto poderiam ter demitido mais ou
121 admitido menos trabalhadores. O Conselheiro da SDS manifestou que importava ao Conselho saber
122 se o recurso do FAT destinado ao setor havia cumprido com seu papel de gerar ou manter os postos

123 de trabalhos, ressaltando que gostaria de obter explicação de como uma empresa beneficiada com
124 recursos do FAT gerou menos emprego que outra não beneficiada, pertencente ao mesmo setor de
125 atividade. O Coordenador-Geral da CGER – Substituto reconheceu a necessidade de um
126 refinamento na metodologia de comparação, destacando que precisavam ter uma visão mais
127 ampliada dos programas do FAT, dado que o impacto positivo iria além da geração de emprego
128 formal, pois contemplaria outros aspectos, tais como o aumento da renda e democratização do
129 crédito. Informou que o MTE firmou convênio com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
130 – FIPE para fazer avaliação externa dos programas de crédito do FAT e, também, obter uma
131 metodologia que permitisse analisar outros aspectos além do emprego formal. Concluindo, o
132 Coordenador-Geral da CGER – Substituto revelou que estavam procurando caminhar no sentido de
133 buscar uma avaliação mais refinada dos programas de geração de emprego e renda. Dando
134 seqüência a reunião, o Presidente solicitou ao titular da CGSAP que fizesse a apresentação do
135 primeiro tema do **ITEM 2 – Pela Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego, do Abono**
136 **Salarial e Identificação Profissional – CGSAP, tema: Análise do comportamento do**
137 **pagamento do Seguro-Desemprego e os principais mecanismos de controle.** O Coordenador-
138 Geral da CGSAP, Sr. Márcio Alves Borges, informou que o dispêndio com o Programa do Seguro-
139 Desemprego estava crescendo a uma taxa média anual de 17,58%, principalmente em razão dos
140 seguintes fatores: i) crescimento do mercado de trabalho e rotatividade; ii) número de demitidos
141 sem justa causa; iii) tempo médio de permanência no emprego e o período aquisitivo do Programa;
142 e, iv) aumento do salário-mínimo. Esclareceu que segurado era o trabalhador que preencheu os
143 quesitos legais previstos na legislação para receber o benefício do seguro-desemprego, enquanto
144 beneficiário se tratava daquele indivíduo que recebeu pelo menos uma parcela do benefício.
145 Complementando, o Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly, informou que
146 no ano de 2007 foi registrado aproximadamente 14,3 milhões de admissões e 12,7 milhões de
147 demissões, sendo que dos demitidos 6 milhões foram segurados. O Coordenador-Geral da CGSAP
148 informou, também, que no sentido de melhorar os mecanismos de controle do Programa Seguro-
149 Desemprego, promoviam a cada vez que um trabalhador solicitava o benefício, a verificação de
150 dados junto ao Cadastro do Seguro-Desemprego, ao CAGED, ao Cadastro Nacional de Informações
151 Sociais – CNIS e a Caixa Econômica Federal - CAIXA, destacando que em 2007 isso gerou o total
152 de 782 mil notificações para que trabalhadores fizessem uma segunda comprovação dos requisitos
153 legais relativos ao benefício do seguro-desemprego. Comunicou que estava prevista a realização de
154 um Seminário Nacional, o qual contaria com a participação de agentes ligados a habilitação do
155 seguro-desemprego das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE, das unidades
156 do Sistema Nacional de Emprego – SINE e, ainda, da CAIXA. Observou que a rede de atendimento
157 do Seguro-Desemprego contava atualmente com cerca de 2.400 unidades de atendimento em todo o

158 País, e cerca de 11 mil agentes de seguro-desemprego credenciados no Sistema do MTE.
159 Finalizando, informou sobre as ações que estavam sendo trabalhadas no sentido de melhorar o
160 Programa do Seguro-Desemprego: i) treinamento nacional anual; ii) recadastramento dos postos e
161 agentes de atendimento; iii) criação do Grupo Técnico de Gerenciamento, formado por integrantes
162 das SRTE e SINE; iv) otimização do cruzamento de dados CNIS x CAGED; v) implantação da
163 nova versão de fiscalização dirigida; vi) implantação do Seguro-Desemprego na plataforma *web* –
164 SD WEB; vii) implantação de processos e rotinas de auditoria de dados; e, viii) expansão do
165 Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego – SIGAE, com implementação da rotina de
166 recusa a uma vaga disponível. O Presidente solicitou ao titular da CGSAP que iniciasse a
167 apresentação do segundo tema do **Item 2 - Benefício do Seguro-Desemprego ao Pescador**
168 **Artesanal**. Dando seguimento, o Coordenador-Geral da CGSAP explicou que o referido benefício
169 era concedido, no período de defeso, ao pescador profissional que exercia atividade pesqueira de
170 forma artesanal. Destacou que estava se tornando notório o aumento, ano a ano, das solicitações e
171 concessões de benefícios nessa modalidade do Programa do Seguro-Desemprego, acrescentando
172 que o período de defeso de atividade pesqueira era decretado pelo Instituto Brasileiro do Meio
173 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Explicou que a Lei nº 10.779/2003
174 reduziu de 03 (três) para apenas 01 (um) ano, o tempo mínimo que o pescador artesanal deveria
175 estar registrado na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP como condição necessária à
176 solicitação do benefício do seguro-desemprego, o que impactou no número de benefícios nessa
177 modalidade de seguro. Recordou que a Resolução CODEFAT nº 566/2007 estabeleceu que somente
178 a colônia de pescadores, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador, poderia emitir atestado
179 comprovando que o profissional exercia atividade de pescador artesanal, bem como se dedicou a
180 pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em
181 curso. Comparando os anos de 2000 e 2007, observou que o número de segurados saltou de 58 mil
182 para cerca de 352 mil pescadores, explicando que esse crescimento significativo ocorreu em parte
183 devido a redução do tempo mínimo de registro na SEAP, conforme estabelecido na Lei nº
184 10.779/2003, e também em função da decretação de defesos decorrentes de acidentes ambientais em
185 diversas regiões do país. Declarou que esse crescimento no quantitativo de segurados, aliado ao
186 aumento do valor do salário mínimo, impactou fortemente nos gastos para pagamento do seguro-
187 desemprego pescador artesanal, destacando que em 2000 o dispêndio foi da ordem de R\$ 27
188 milhões e em 2007 atingiu a cifra de R\$ 458 milhões. O Coordenador-Geral da CGSAP assinalou
189 que havia 624 colônias representando 292.685 pescadores, e 59 entidades representativas
190 (associações, sindicatos e federações) que contavam com 12.221 profissionais da pesca,
191 acrescentando que 72% do total de pescadores se concentravam nos seguintes estados: i) Pará –
192 20%; ii) Maranhão – 12%; iii) Bahia – 11%; iv) Amazonas – 10%; v) Sergipe – 5%; vi) Santa

193 Catarina – 4%; vii) Rio Grande do Sul – 4%; viii) Piauí – 3%; e, ix) Rio Grande do Norte – 3%.
194 Observou que havia duas situações onde os dados relativos aos pescadores chamavam à atenção: i)
195 as mulheres representavam 31% do total; e, ii) 494 declararam possuir curso superior
196 completo/incompleto. Finalizando, relatou que existia colônia representando cerca de sete mil
197 pescadores, situação que acarretava maior atenção pela própria caracterização do Programa,
198 observando que estaria havendo um processo de politização dessa representação. O Presidente
199 agradeceu pela exposição e indagou se alguém gostaria de se manifestar a respeito das
200 apresentações realizadas. O Conselheiro da CGT indagou sobre quais setores de atividade havia
201 maior concentração de rotatividade de mão-de-obra, a fim de que pudessem fazer algum
202 direcionamento de ações. Quanto à informação de que 40% dos trabalhadores voltavam a requerer o
203 benefício do seguro-desemprego formal, questionou em quais setores se verificava esse fenômeno
204 com mais intensidade. Fazendo referência ao pescador artesanal, solicitou os seguintes
205 esclarecimentos: i) qual a razão da diferença significativa do número de colônias de pescadores
206 entre os estados; e, ii) por que aumentou a quantidade de pescadores em alguns estados, enquanto
207 houve redução em outros. O Conselheiro da CGT ressaltou que todos esses questionamentos
208 poderiam ser respondidos em outra ocasião, haja vista a exigüidade de tempo ou, ainda, a
209 necessidade de uma análise mais aprofundada no sentido de atender essas indagações. O
210 Coordenador-Geral da CGSAP arrazoou que havia registrado todas as questões levantadas pelo
211 Conselheiro da CGT e que oportunamente lhe daria o devido retorno. O Conselheiro da SDS
212 observou que no caso do estado do Piauí os números não batiam, pois constava que havia mais
213 segurados (13.415) do que pescadores registrados nas colônias e outras entidades (11.156), razão
214 pela qual sugeriu que fosse verificado se os pescadores que procuravam o Programa realmente
215 viviam da pesca o ano inteiro. O Conselheiro Titular Representante do MAPA, Sr. Wilson Vaz de
216 Araújo, indagou se o Conselho poderia tomar alguma atitude no sentido de evitar que pescadores
217 não filiados as colônias obtivessem junto a Justiça o direito de receber benefício do seguro-
218 desemprego. O Vice-Presidente do CODEFAT, Sr. Ezequiel Sousa do Nascimento, informou que
219 havia no Congresso Nacional uma iniciativa para corrigir a lei que obrigava a filiação do
220 profissional de pesca a uma colônia de pescadores, haja vista que se tratava de dispositivo
221 inconstitucional, acrescentando que o Supremo Tribunal Federal – STF já estava analisando essa
222 questão da constitucionalidade. Diante disso, o Presidente declarou que não poderiam fazer nada a
223 respeito, ressaltando que a Resolução nº 566/2007 apenas se adequou a Lei em vigor, ainda que
224 essa fosse inconstitucional. Arrazoou que os pescadores continuariam entrando na justiça para
225 ganhar o direito ao benefício e que caberia ao Presidente do CODEFAT responder aos processos em
226 razão dessa situação. O Conselheiro do MAPA manifestou que também lhe causou estranheza o
227 fato de 1/3 do total de pescadores ser constituído por mulheres, questionando se realmente essas

228 eram profissionais da pesca ou apenas estavam se aproveitando da legislação para receber o
229 benefício. O Coordenador-Geral da CGSAP esclareceu que a definição da política pesqueira
230 competia a SEAP e, ainda, que para o pescador vir a receber o benefício ele deveria apresentar
231 comprovante de registro no referido órgão. Quanto ao elevado número de mulheres na categoria
232 pescador artesanal ponderou que uma vez entregue a documentação exigida o Ministério era
233 obrigado a fazer a inscrição no seguro-desemprego, não lhe cabendo fazer qualquer juízo de valor,
234 ou seja, afirmar se o usuário era ou não pescador profissional. O Conselheiro da CNI comentou que
235 os números apontando 14 milhões de admissões e 12,4 milhões de demissões indicavam que havia
236 algo de errado, declarando que existia uma verdadeira “indústria” do seguro-desemprego no Brasil,
237 a qual deveria ser combatida pela raiz. Destacou que em uma reunião com o Ministro comentou que
238 era proprietário de uma indústria gráfica e que muitos dos seus empregados forçavam a própria
239 demissão no intuito de receber o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e, ainda,
240 propunham continuar trabalhando sem registro a fim de receber as parcelas do seguro-desemprego.
241 Diante disso, arrazoou que deveria ser tomada alguma medida no sentido de coibir esse tipo de
242 ação, tal como permitir o saque de um percentual do FGTS a cada dez anos e tornar obrigatória a
243 qualificação do beneficiário do seguro-desemprego. O Presidente ressaltou que o CODEFAT tinha
244 a atribuição de propor alterações e aprimoramentos das leis, como a que regia o Programa do
245 Seguro-Desemprego, recordando que essa questão já estava sendo objeto de avaliação por parte da
246 FIPE. O Secretário-Executivo do CODEFAT afirmou que o SINE atendeu 48% dos segurados do
247 Programa e a DRT e a CAIXA os outros 52%, acrescentando que somente o SINE fazia
248 encaminhamento para a intermediação e a qualificação. Informou que, a pedido do Ministério, o
249 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE estava fazendo um
250 estudo sobre a rotatividade de mão-de-obra no Brasil a partir das seguintes vertentes: i) rotatividade
251 natural, causada pela aposentadoria e morte; ii) demissão voluntária; e, iii) demissão motivada pelo
252 padrão. O Coordenador-Geral da CGSAP solicitou um adendo para informar que havia uma
253 discussão no Congresso Nacional no sentido de ampliar a lei do pescador para toda a cadeia
254 produtiva da pesca, de forma a estender o benefício do seguro-desemprego também para o
255 profissional que ficava em terra, mas exercia atividade ligada à área pesqueira. O Conselheiro da
256 CNC declarou que ficou impressionado com os dados fornecidos, haja vista que o gasto com o
257 seguro-desemprego ao pescador artesanal já estava se aproximando de meio bilhão de reais,
258 destacando que o número de colônias de pescadores e de seus filiados cresceu significativamente. O
259 Coordenador-Geral da CGSAP sugeriu que o Conselho convidasse a SEAP para fazer uma
260 exposição a respeito do permissionamento da pesca e da concessão do Registro Geral da Pesca –
261 RGP, destacando que operadores na ponta ouviram denúncias de colônia cobrando R\$ 400,00 pela
262 emissão de carteira de pescador. Na seqüência, o Presidente passou para **III – ASSUNTOS PARA**

263 **HOMOLOGAÇÃO. ITEM 3 – Ratificação da Resolução nº 569, de 3 de março de 2008,**
264 **aprovada *ad referendum*, que dispõe sobre o reajuste do valor do benefício seguro-**
265 **desemprego.** O Presidente destacou que se tratava de uma questão de praxe, sem polêmica, razão
266 pela qual considerava desnecessário que houvesse alguma apresentação a respeito do tema. Assim
267 sendo, o Presidente indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, considerou ratificada a
268 Resolução nº 569/2008. Em seguida, o Presidente sugeriu intervalo de uma hora para o almoço, o
269 que foi acatado por todos os Conselheiros. A Conselheira Titular Representante do BNDES, Sra.
270 Maria Isabel Resende Aboim, informou que em virtude de compromisso à tarde no Rio de Janeiro
271 tanto ela quanto seu suplente estariam impedidos de participar da segunda parte da reunião.
272 Aproveitando o ensejo, o Conselheiro Titular Representante do MPS, Sr. Helmut Schwarzer
273 comunicou que também não poderia participar da reunião no período da tarde, tendo em vista que
274 representaria o Ministro da Previdência Social em compromisso no Congresso Nacional,
275 ressaltando que já havia solicitado ao seu suplente para substituí-lo na reunião do Conselho.
276 Encerrado o intervalo do almoço, o Presidente reiniciou os trabalhos passando para **IV –**
277 **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO. ITEM 4 – Aprovação da Ata da 95ª Reunião**
278 **Ordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2008.** O Presidente destacou que a exemplo do item
279 anterior esse dispensava apresentação. O Presidente indagou se havia alguma observação ou
280 emenda, em não havendo, considerou aprovada a referida Ata. Em seguida, o Presidente passou
281 para o **ITEM 5 – Aprovação dos Termos Aditivos – TA, realizados no período de janeiro a**
282 **março de 2008.** O Secretário Executivo do CODEFAT arrazoou que no período em referência
283 foram celebrados nove Termos Aditivos no montante de R\$ 962,1 milhões. Após verificar que não
284 havia nenhuma manifestação, o Presidente declarou o Item aprovado. Em seguida, o Presidente
285 passou para o **ITEM 6 - Proposta de Resolução que estabelece diretrizes e critérios para**
286 **transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, aos estados,**
287 **municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com**
288 **vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, como parte integrada do Sistema**
289 **Nacional de Emprego – SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego.** O Presidente
290 recordou que essa proposta já havia sido apresentada na última reunião do CODEFAT, mas que em
291 função de sugestões de emendas e ajustes o Conselho decidiu adiar sua deliberação para a reunião
292 subsequente, acrescentando que o tema seria apresentado pelo titular do Departamento de
293 Qualificação. O Conselheiro da CNI solicitou um aparte para sugerir que a presente Proposta de
294 Resolução fosse retirada da pauta e passasse para a próxima reunião. Justificou que esse assunto
295 precisaria ser mais debatido no âmbito da CNI, ressaltando, em seguida, que estava pedindo vistas
296 da Proposta de Resolução em nome da Bancada dos Empregadores. O Presidente ponderou que a
297 Resolução deveria ter sido aprovada no ano de 2007, destacando que novo adiamento de

298 deliberação implicaria sérios prejuízos ao trabalhador brasileiro, haja vista que o tempo hábil para
299 assinatura dos convênios expirou em 30.03.2008. Acrescentou que se os convênios não fossem
300 renovados isso impossibilitaria o exercício da política pública de qualificação profissional, uma
301 demanda dos próprios empregadores. O Presidente defendeu que, independentemente de deliberar
302 ou não, o Governo precisaria apresentar a proposta ao Conselho. O Conselheiro da CNC ponderou
303 que primeiro deveriam deliberar sobre o pedido de vista da Bancada, alegando que estariam
304 perdendo tempo se fosse realizada apresentação antes disso. O Conselheiro do MAPA indagou
305 sobre qual o prazo para reapresentação da Proposta de Resolução no caso de pedido de vista, se
306 seria na reunião ordinária do mês de maio, ao que o Presidente respondeu que poderiam deliberar na
307 reunião extraordinária do final do mês de abril. O Conselheiro da CNC declarou que a Bancada dos
308 Empregadores pleiteava que a Resolução fosse deliberada na reunião ordinária de maio. Diante
309 disso, o Vice-Presidente observou que o Regimento Interno do CODEFAT estabelecia em seu
310 Artigo 10 que “Qualquer representação poderá apresentar pedido de vista de matéria submetida à
311 apreciação do Conselho, que deverá constar da pauta da reunião seguinte, quando será
312 necessariamente votada.” O Conselheiro da CNC afirmou que reuniões extraordinárias tinham um
313 fim específico e com pauta definida, não podendo ter assunto de natureza ordinária, ao que o Vice-
314 Presidente esclareceu que no caso de pedido de vista o regimento não fazia distinção entre ordinária
315 ou extraordinária, apenas determinava que seria na próxima reunião. O Conselheiro da SDS
316 enfatizou que o pedido de vista necessitava de uma fundamentação, ao que o Conselheiro da CNC
317 respondeu que seria apresentada na próxima reunião. O Conselheiro da CGT compartilhou do
318 mesmo entendimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou seja, mantido o pedido de vista o
319 assunto seria deliberado na próxima reunião, fosse ela ordinária ou extraordinária, a que ocorresse
320 primeiro. Ressaltou que a não aprovação da Resolução até o final do mês de abril acarretaria em
321 prejuízos para a execução e celebração de novos convênios. O Vice-Presidente recordou que os
322 critérios de distribuição de recursos para o orçamento do presente ano estavam na Proposta de
323 Resolução em questão e que, enquanto ela não fosse votada, não haveria convênio. Além disso,
324 acresceu que o Regimento Interno do CODEFAT dizia que qualquer delegação ou membro tinha o
325 direito de pedido de vista, bem como que qualquer membro do Colegiado poderia pedir urgência na
326 votação da matéria, a qual seria submetida ao Conselho e decidida por maioria na mesma reunião. O
327 Conselheiro da CNC declarou que o pedido de vista da Bancada dos Empregadores não poderia ser
328 confrontado com pedido de urgência, caso contrário toda a Bancada se retiraria da reunião. Falando
329 em nome da Bancada dos Empregadores, solicitou vista para a próxima reunião ordinária do
330 CODEFAT, ao que o Vice-Presidente ressaltou que o Regimento Interno determinava que a matéria
331 objeto de pedido de vista fosse deliberada na reunião seguinte. O Presidente indagou à Bancada dos
332 Empregadores sobre quanto tempo ela necessitaria para analisar a Proposta de Resolução. Afirmou

333 que esse novo adiamento criaria dificuldades para a gestão do MTE, haja vista que após varias
334 prorrogações alguns convênios venceriam em 30 de abril de 2008. O Conselheiro da SDS indagou
335 se 10 (dez) dias seriam suficientes para a bancada analisar o assunto, ao que o Conselheiro Titular
336 Representante da CNA, Sr. Rodolfo Tavares, relatou que precisaria no mínimo de 15 (quinze) dias.
337 O Presidente esclareceu que de qualquer forma precisariam fazer uma reunião extraordinária até o
338 dia 28 de abril, pois o último prazo para publicar a aprovação da Prestação de Contas do FAT seria
339 dia 30 de abril. Assim sendo, o Conselheiro da CNC concordou com o adiamento para a reunião
340 extraordinária do final do mês de abril. O Presidente sugeriu que a reunião extraordinária fosse
341 convocada para o dia 28 de abril, o que contou com a aprovação de todos, ressaltando que até a
342 referida data a Bancada dos Empregadores poderia estudar melhor a Proposta de Resolução.
343 Indagou se a Bancada dos Empregadores gostaria de votar as demais propostas de resolução, a qual
344 respondeu negativamente. Solicitou, então, que os Conselheiros pelo menos ouvissem a
345 consequência de não aprovarem os próximos itens, ao que o Conselheiro da CNA comunicou que
346 estava se retirando da reunião. Prosseguindo, o Presidente fez a leitura do **ITEM 7 - Proposta de**
347 **Resolução que autoriza a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE - a prorrogar a**
348 **execução dos Planos de Trabalho dos Convênios Plurianuais Únicos – CPUs**, esclarecendo que
349 essa Proposta de Resolução não implicava nenhuma mudança de regras ou diretrizes. Acrescentou
350 que a prorrogação se justificava em função de alguns convênios já estarem com prazos expirados e
351 outros próximos de vencer. Declarou que se não houvesse quórum aprovaria o presente Item por
352 meio de *ad referendum*, o que ocorreria pela primeira vez sob a sua presidência, dada a relevância
353 do assunto. O Conselheiro da CNC arrazoou que no presente momento a melhor saída seria mesmo
354 a aprovação desse Item por *ad referendum*, acrescentando que estava se retirando da reunião em
355 solidariedade ao Conselheiro da CNA, no que foi seguido pelo Conselheiro da CNI. Em função da
356 falta de quórum e exigüidade de tempo, o Presidente declarou o presente Item aprovado por *ad*
357 *referendum*. Na seqüência, o Presidente informou que o **ITEM 8 – Proposta de Resolução que**
358 **altera a Resolução/CODEFAT nº. 409, de 28 de outubro de 2004, que destina recursos para o**
359 **Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER**, e também o **ITEM 9 –**
360 **Proposta de Resolução que altera a Resolução nº. 345, de 10 de julho de 2003, que institui o**
361 **Programa de Fomento às Micro, Pequenas e Médias Empresas – FAT – FOMENTAR**, seriam
362 transferidos para a pauta da reunião extraordinária do dia 28 de abril de 2008. Em seguida, o
363 Presidente passou para **IV – OUTROS ASSUNTOS. ITEM 10 – Entrega dos seguintes**
364 **documentos: Relatório de Informações Financeiras do FAT; e Relatório da Execução da PDE**
365 **– REL-PDE**, anunciando que os referidos documentos constavam da pasta distribuída aos
366 Conselheiros no início da reunião. **ENCERRAMENTO**. O Presidente deu por encerrada a reunião,
367 agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo

368 do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do
369 CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

EZEQUIEL SOUSA DO NASCIMENTO
Vice-Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante do MTE

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

HELMUT SCHWARZER
Conselheiro Titular Representante do MPS

GERALDO ALMIR ARRUDA
Conselheiro Suplente Representante do MPS

WILSON VAZ DE ARAÚJO
Conselheiro Titular Representante do MAPA

MARIA ISABEL REZENDE ABOIM
Conselheira Titular Representante do BNDES

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da CGT

FRANCISCO BRAGA DE SOUZA
Conselheiro Titular Representante da SDS

LOURIVAL NOVAES DANTAS
Conselheiro Titular Representante da CNI

RODOLFO TAVARES
Conselheiro Titular Representante da CNA

ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA
Conselheiro Suplente Representante da CNC
